



PREFEITURA DE

CAMPUS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOITACAZES

Fundação Municipal da Infância e da Juventude

Pregão Presencial SRP nº 016/2022

Comissão	Plata
de	Rubrica
56	
[Assinatura]	

Processo n.º 2022.044.000164-8-PR

Data: 28/11/2022

Pregão Presencial SRP n.º 016/2022



Processo n.º 2022.044.000164-8-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado n.º 47, Parque Santo Amaro, Telefones n.º (22) 98175-2073 - 98175-0911, será realizada a licitação na modalidade Pregão Presencial sob a forma de Registro de Preços, **EXCLUSIVO PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVA EQUIPARADA** cujo Edital recebeu o n.º 016/2022, para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal n.º 065, de 16/02/2005, pelo Decreto Municipal 342, de 16/11/2006, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009, pela Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006 e suas alterações, regulamentada pela Lei Municipal n.º 8.768, de 11/08/2017, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, com as alterações da Lei n.º 8.883/94, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às 10h (dez horas) do dia 10 de janeiro de 2023, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I

1.4.2- Minuta de Contrato - Anexo II

1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III

1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV

1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V

1.4.6- Modelo de Declaração de Enquadramento para Microempresa e EPP - Anexo VI

1.4.7- Minuta de Ata de Registro de Preços - Anexo VII

1.4.8- Termo de Referência - Anexo VIII





1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4 ou poderão efetuar o download do Edital através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes.php>.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é o **registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos para cozinha (extrator de sucos industrial, multiprocessador e liquidificador, micro-ondas, etc), para atendimento à demanda geral das unidades institucionais de acolhimento pertencentes à Fundação Municipal da Infância e da Juventude - FMIJ**, conforme descrito nos Anexos I e VIII deste Edital.

2.2- A quantidade é estimativa máxima para fornecimento, em conformidade com a legislação em vigor. **A Fundação Municipal da Infância e da Juventude - FMIJ não está obrigada a adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a NÃO aquisição.**

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.1.1 - A participação neste Pregão é exclusiva para MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVAS EQUIPARADAS, conforme instituído pelo art. 48, I da Lei Complementar Federal n.º 123/06 e Art. 55 da Lei Municipal n.º 8.768/17.

3.1.2 - Entende-se por Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) aptas a participar do presente certame definidas no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no §4º deste mesmo art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

3.1.3 - Entende-se por Microempreendedor Individual - MEI aptos a participar do presente certame aqueles definidos no Art. 18A da Lei Complementar n.º 123/06 e regulamentado na Lei Complementar n.º 128/08, sendo esta modalidade de Microempresa.

3.1.4 - Equiparam-se as ME e EPP as Sociedades Cooperativas de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II

do caput do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

3.1.5 - Deverão apresentar a Declaração de Enquadramento de ME ou EPP - Anexo VI - o licitante, para fins de obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal n.º 123/06 e suas alterações, declarando ser Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Sociedade Cooperativa de Consumo nos termos da legislação vigente.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com a Administração ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.1.1. Quando **Microempreendedor Individual**, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI (www.portaldoempreendedor.org.br);



4.1.1-2. Quando o licitante for **Cooperativa Equiparada** deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento este a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação. Em hipótese nenhuma será admitida a abertura dos envelopes para retirada ou inclusão de quaisquer documentos.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem, em separado dos envelopes de proposta e documentação, os seguintes documentos: cópia autenticada do contrato social (ou instrumento equivalente); declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação (com firma reconhecida) - Anexo V; e declaração de enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou



reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal n.º 8.768, de 11 de agosto de 2017, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal n.º 8.768, de 11 de agosto de 2017, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.





6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, **PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.**

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, **INTEGRALMENTE**, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: **"PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO"**.

7.2- Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente

os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de “proposta” e “documentação”. Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente à sessão.

7.3- As empresas que decidirem pelo envio dos envelopes, sem a participação na fase de lances, conforme definido no subitem 4.3, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social (ou instrumento equivalente), declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação (com firma reconhecida) - Anexo V e declaração de enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos três documentos em tela acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a(s) declaração(ões) supramencionada(s), poderá preenchê-la(s) de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.



7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei n.º 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7.14- Considerando que se trata de licitação exclusiva para participação de empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/06, não se aplicará o disposto nos arts. 44 e 45 do referido Diploma.

7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por item**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo**



negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 16.1** deste Edital.

7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta **ou** de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.

7.19.1 Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

7.19.2 Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

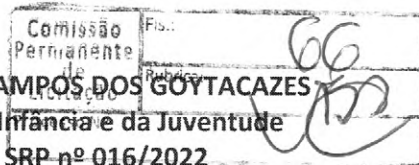
7.20- Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro poderá ainda negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.22- Após o resultado classificatório correspondente e a homologação, o preço será registrado no Sistema de Registro de Preços da FMIJ, cujo resumo será publicado na imprensa oficial, para ciência dos interessados e efeitos legais.

7.23- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios contratuais, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema do Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.





7.24- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.25- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.2.1- Quando **Microempreendedor Individual**, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI (www.portaldoempreendedor.org.br);

8.1.2.2- Quando o licitante for **Cooperativa Equiparada** deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, (Certidão Negativa de Débitos - CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal n.º 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.2.8- CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452,





de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.10- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.11- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.12- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.13 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.13.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.13.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.19**.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final do(s) item(ns) efetivamente vencido(s) pela empresa.

8.3.1.1- Caso a comprovação seja realizada através do patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar o Balanço Patrimonial, exigível na forma da lei.

8.3.1.2- Na hipótese de ser constatado, ao final da sessão, que os itens vencidos por algum licitante superam o limite estabelecido no subitem anterior, o pregoeiro oportunizará ao representante da empresa que informe em que item(ns) pretende figurar como detentor do registro.

8.3.1.3- Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro identificará o(s) item(ns) remanescente(s); procederá conforme definido na parte final do subitem 7.19 (em cada item, conforme o caso), devendo, após encerrada a etapa de lances, sempre que possível, negociar diretamente com o respectivo(s) licitante(s) para que seja obtido preço melhor; e decidirá sobre a sua aceitação da oferta.

8.3.1.4- Fica estipulado que ocorrendo o disposto no subitem 8.3.1.2, e estando a empresa sem representação (independente do motivo), a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

8.3.2- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.2.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.3.

8.3.2.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.2 e 8.3.3, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.3- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou



concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.3.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.2 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 – Atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, este último com firma reconhecida, comprovando que a licitante forneceu, de maneira satisfatória, materiais semelhantes ao objeto deste edital.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da **PMCG**, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 – As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do subitem 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao Pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão, conforme o caso, sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.



9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1- O prazo para apresentação de recursos começara a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme item 8.2.13 deste Edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso **no fornecimento**, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.



10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- Quando de sua ocorrência, a despesa correrá pelo Programa de Trabalho 08.243.0097.2437.0000, pela Natureza de Despesa 449052 e Fonte de Recurso 133.

12- DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO DE ENTREGA

12.1.1- O prazo para entrega do objeto será de 30 (trinta) dias, a contar da solicitação formal da entrega, **conforme item 4 do Termo de Referência** (Anexo VIII), elaborado pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude.

12.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir a partir da emissão da Ordem Formal de Fornecimento emitida **Fundação Municipal da Infância e da Juventude**.

12.1.3- Durante a vigência da Ata de registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

12.1.4- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

12.1.5- Em se tratando de compras ou de locação de equipamentos, o objeto será recebido:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

12.2- LOCAL DE ENTREGA

12.2.1- O vencedor desta licitação terá que entregar o que lhe for adjudicado no local definido no **item 6 do Termo de Referência**, elaborado pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude (Anexo VIII do edital).



12.3- FORMA DE FORNECIMENTO

12.3.1- O objeto desta licitação, se contratado, será fornecido de forma integral, nas quantidades e condições especificadas.

13- DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação, a FMIJ convocará o fornecedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes a assinatura da Ata de Registro de Preços, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

13.1.1 - Ao assinar a Ata da Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

13.1.2 - Para assinar a Ata de Registro de Preços, o Representante Legal da empresa deverá apresentar procuração, e/ou contrato social e cédula de identificação;

13.1.3 - O compromisso de fornecimento será formalizado mediante assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.

13.2 - Na assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.3 - Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado outro licitante (sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais), desde que respeitada a ordem de classificação. Neste caso, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, o convocado deverá assinar a Ata de Registro de Preços.

13.4 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo fixado no subitem 13.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as sanções legais cabíveis.

13.5 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.



13.6 - A empresa que tenha seu preço registrado obrigar-se-á a cumprir as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração.

14- DA CONTRATAÇÃO

14.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo **03 (três) dias úteis**, contados da convocação da Contratante para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

14.1.1 - A cada quantitativo solicitado será formalizado um contrato, que deverá obedecer ao disposto no subitem anterior.

15- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

15.1 - As solicitações de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, n.º 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 09 às 17 horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou através do seguinte email: pregao@campos.rj.gov.br.**

15.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

15.3- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, **OBRIGATORIAMENTE**, protocoladas no endereço supracitado.

16- DO VALOR

16.1- O valor total estimado pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude para esta licitação é de **R\$ 64.962,25 (sessenta e quatro mil e novecentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos).**

17- DO PAGAMENTO

17.1- Pelo fornecimento do objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a **CONTRATANTE** pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, até 30 dias após a entrega.





PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Fundação Municipal da Infância e da Juventude

Pregão Presencial SRP nº 016/2022

Comissão	Fis.
75	75
75	75

Processo n.º 2022.044.000164-8-PR

Data: 28/11/2022

17.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo Geral.

17.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância à respectiva Nota de Empenho.

17.4- O pagamento da parcela será efetuado pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes.

17.5- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 17.4 e, desde que o atraso decorra de culpa da **CONTRATANTE**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

17.6- - O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 17.5, será efetivado mediante autorização expressa da **CONTRATANTE**, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao mesmo.

17.7- Caso a **CONTRATANTE** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

17.8- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **CONTRATANTE** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

17.8.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 17.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 17.5;

17.9- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

18- DO REAJUSTAMENTO

18.1 - O preço ofertado na licitação será fixo e irrevogável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Fundação Municipal da Infância e da Juventude

Pregão Presencial SRP nº 016/2022

Comissão Permanente	Fis.: 76
Licitação	

Processo n.º 2022.044.000164-8-PR

Data: 28/11/2022

19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

19.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

19.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

19.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

19.7- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93.

19.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 28 de novembro de 2022.

Fabiano de Paula

- Presidente da Fundação Municipal da Infância e da Juventude -

MPD: 40788



PREFEITURA DE

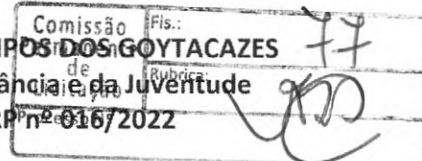
CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Fundação Municipal da Infância e da Juventude

Pregão Presencial SRP nº 016/2022



Processo n.º 2022.044.000164-8-PR

Data: 28/11/2022

Anexo I - Proposta Comercial

<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO</u> (conforme especificações do item 3 do Termo de Referência)	<u>QUANT</u>	<u>UNID</u>	<u>MARCA</u>	<u>PREÇO</u> <u>UNITÁRIO</u> <u>EM</u> <u>ALGARISMO</u> <u>(R\$)</u>	<u>PREÇO</u> <u>TOTAL EM</u> <u>ALGARISMO</u> <u>(R\$)</u>
1 Item exclusivo (art. 48, I, LC n.º 123/06)	Extrator de sucos industrial	15	UNID			
2 Item exclusivo (art. 48, I, LC n.º 123/06)	Multiprocessador e liquidificador 127V	15	UNID			
3 Item exclusivo (art. 48, I, LC n.º 123/06)	Liquidificador industrial	05	UNID			
4 Item exclusivo (art. 48, I, LC n.º 123/06)	Micro-ondas 34 litros	15	UNID			
5 Item exclusivo (art. 48, I, LC n.º 123/06)	Cafeteira elétrica	30	UNID			
6 Item exclusivo (art. 48, I, LC n.º 123/06)	Batedeira elétrica 110V	15	UNID			



PREFEITURA DE

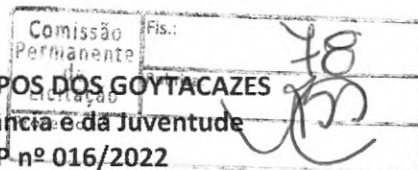
CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Fundação Municipal da Infância e da Juventude

Pregão Presencial SRP nº 016/2022



Processo n.º 2022.044.000164-8-PR

Data: 28/11/2022

<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO</u> <u>(conforme especificações</u> <u>do item 3 do Termo de</u> <u>Referência)</u>	<u>QUANT</u>	<u>UNID</u>	<u>MARCA</u>	<u>PREÇO</u> <u>UNITÁRIO</u> <u>EM</u> <u>ALGARISMO</u> <u>(R\$)</u>	<u>PREÇO</u> <u>TOTAL EM</u> <u>ALGARISMO</u> <u>(R\$)</u>
7 Item exclusivo (art. 48, I, LC n.º 123/06)	Sanduicheira elétrica	20	UNID			
	<u>Valor Total da Proposta: R\$</u>					

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial SRP n.º 016/2022, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre a aquisição.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial SRP n.º 016/2022, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos, bem como das demais especificações constantes no Termo de Referência elaborado pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 202_.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO N.º ____/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E
DA JUVENTUDE E A
EMPRESA _____.

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE com sede na av. Rui Barbosa, 553 - Lapa - Campos dos Goytacazes, RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o n.º 36.282.655/0001-47, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Presidente da **Fundação Municipal da Infância e da Juventude**, _____, nos termos do Decreto Municipal n.º 365/2009 e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____ neste ato representada pelo Sr. _____, portador do documento de identidade n.º _____, órgão expedidor _____, CPF n.º _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2022**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal n.º 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo n.º **2022.044.000164-8-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **aquisição de eletrodomésticos para cozinha (extrator de sucos industrial, multiprocessador e liquidificador, micro-ondas, etc), para atendimento à demanda geral das unidades institucionais de acolhimento pertencentes à Fundação Municipal da Infância e da Juventude - FMIJ**, conforme descrito nos Anexos I e VIII do edital e, em especial, na Nota de Empenho n.º ____/202_.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e



comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo n.º 2022.044.000164-8-PR e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital n.º 016/2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) entregar nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelo fornecimento;

- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ _____ (_____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após entrega do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____ (_____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho n.º 08.243.0097.2437 e pela Natureza de Despesa N.D. 449052, com cobertura através da Nota Empenho n.º _____ de 202_.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irredutível.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.



Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação da entrega sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;





- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo para entrega do material objeto deste contrato será de 30 (trinta) dias, a contar da solicitação formal da entrega, conforme item 4 do Termo de Referência, elaborado pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude (Anexo VIII do edital).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**, ou da entrega da Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

O objeto deste contrato será fornecido de forma integral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão n.º 016/2022, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA** e respectivos anexos do processo administrativo n.º 2022.044.000164-8-PR que fazem parte integrantes desta avença como se transcritos fossem.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundação Municipal da Infância e da Juventude
Pregão Presencial SRP nº 016/2022

Comissão Permanente	Fis.: 84
Assinatura	

Processo n.º 2022.044.000164-8-PR
Data: 28/11/2022

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 202__.

Contratante:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Contratada:

Testemunhas:



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Fundação Municipal da Infância e da Juventude

Pregão Presencial SRP nº 016/2022

Comissão Permanente	Pis.: 85

Processo n.º 2022.044.000164-8-PR

Data: 28/11/2022

Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo)

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a) portador (a) da Cédula de Identidade n.º e CPF sob o n.º, a participar da Licitação instaurada pela Fundação Municipal da Infância e Juventude, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP n.º 016/2022**, supra referenciada, na qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, **bem como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.**

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 202_.

**Representante legal da empresa com firma reconhecida e
carimbo da licitante**

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas (Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial SRP n.º 016/2022

.....,
(nome da empresa)
inscrita no CNPJ/MF sob o número, por intermédio de
seu representante legal o (a) Sr
(a)....., portador (a) da
Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º
....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da
Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de
1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre
e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 202_.

**Representante legal da empresa e
carimbo da licitante**

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



PREFEITURA DE

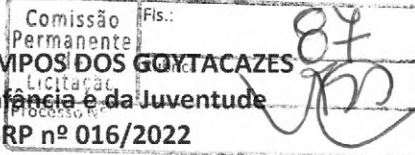
CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Fundação Municipal da Infância e da Juventude

Pregão Presencial SRP nº 016/2022



Processo n.º 2022.044.000164-8-PR

Data: 28/11/2022

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação (Modelo)

DECLARAÇÃO

.....
(nome da empresa)

CNPJ ou CIC n.º, declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei n.º 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 016/2022**.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 202_.

**Representante legal da empresa e
carimbo da licitante**

Anexo VI – Declaração de Enquadramento de ME ou EPP (Modelo) DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial SRP n.º 016/2022

.....(razão social do licitante) com endereço na inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei n.º 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal n.º 123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal n.º 8.768/17 e **não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar, sendo considerada:**

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

() Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

Em de de 202_.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

ANEXO VII - Minuta de Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____ VINCULADA AO PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 016/2022

Ao _____ dia do mês de _____ de dois mil e vinte e _____, a **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**, inscrita no CNPJ n° 36.282.655/0001-47, com sede na Av. Rui Barbosa, 553 - Lapa, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28.013-000, institui Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do art. 15 de Lei Federal n.º 8.666/93; da Lei 10.520/02; Decreto Municipal n.º 065/05 e n.º 342/06 com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009 e as demais normas legais aplicáveis, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Presencial n.º 016/2022, para aquisição de eletrodomésticos para cozinha (extrator de sucos industrial, multiprocessador e liquidificador, micro-ondas, etc), para atendimento à demanda geral das unidades institucionais de acolhimento pertencentes à Fundação Municipal da Infância e da Juventude - FMIJ, pelo Sistema de Registro de Preços, com Registro de Ata com validade de 12 (doze) meses.

Processo n° 2022.044.000164-8-PR, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, obedecendo às condições descritas no edital correspondente e seus Anexos, conforme segue:

1. O(s) preço(s), a(s) quantidade(s) e as especificações do(s) material(ais) registrados nesta Ata, encontram-se indicados abaixo:

Exemplo:

Empresa:	
CNPJ:	Telefone/Fax:
Endereço:	
Contato:	
E-mail:	

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do Produto	Marca	Valor R\$

- 1.1 No anexo I do instrumento convocatório, são apresentados os quantitativos estimados de consumo, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência da FMIJ, mediante a convocação para a assinatura do contrato.
- 1.2 As quantidades do material que vierem a ser adquiridas serão definidas no respectivo contrato.



- 1.3 A entrega deverá ocorrer em conformidade com o Termo de Referência (anexo VIII do edital).
- 1.4 A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o produto que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.
- 1.5 Os licitantes terão seus produtos analisados em sua totalidade, sendo que aqueles que não satisfizerem à especificação exigida serão devolvidos, devendo ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, a partir do contato feito pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude - FMIJ.
- 1.6 As responsabilidades e obrigações da Contratada deverão obedecer ao disposto no Edital e seus Anexos.
- 1.7 O pagamento será conforme disposto no item 17 do edital, estando ciente que na ocasião será verificada a situação da empresa quanto à regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 1.8 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 1.9 A presente Ata tem prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.

A empresa _____, detentora do registro assume o compromisso de fornecer o objeto, na forma e quantidade máxima especificada no edital, durante o prazo de validade da Ata do Sistema de Registro de Preços.

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir os conflitos que possam ocorrer no presente compromisso.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 202__.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Empresa

Testemunhas: _____



PREFEITURA DE

CAMPUS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Fundação Municipal da Infância e da Juventude

Pregão Presencial SRP nº 016/2022

Comissão	Fis.: 91
Permanente	
de	
Licitação	
Processo nº	

Processo n.º 2022.044.000164-8-PR

Data: 28/11/2022

ANEXO VIII - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Comissão Permanente de Licitação	Processo nº
92	




1.0) OBJETO

O presente Termo de Referência, elaborado nos termos das disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 65/2005, tem por objeto definir o conjunto de elementos que nortearão o **Processo de Licitação, modalidade Pregão Presencial (Sistema de Registro de Preços) Menor Preço por Item**, visando à contratação de empresa para fornecimento de **ELETRODOMESTICOS PARA COZINHA(EXTRATOR DE SUCOS INDUSTRIAL MULTIPROCESSADOR E LIQUIDIFICADOR, LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, MICRO-ONDAS, CAFETEIRA ELETRICA, BATEDEIRA ELETRICA, SANDUICHEIRA ELETRICA)**, conforme quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência.

2.0) JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se a aquisição de **ELETRODOMESTIOS PARA COZINHA**, para atender as necessidades do atendimento às crianças e adolescentes beneficiários da FMIJ, um serviço de proteção social que compreende 09 (nove) Unidades Institucionais de Acolhimento, em pleno funcionamento, que acolhem crianças e adolescentes, que esse número é variável, podendo aumentar ou diminuir em um mesmo mês; tendo em vista os setores já elencados, que possuem grande demanda para um bom atendimento as crianças e adolescentes sob guarda deste Município, necessitando de bons equipamentos para realizar esse serviço de acolhimento, com isso temos como justificável o pedido de processo de compras, faz-se necessário a aquisição de material permanente para dar continuidade ao serviço ofertado aos Equipamentos Institucionais de Acolhimento que acolhem em média, 130 crianças e adolescentes, mensalmente; assim como a demanda da Sede da FMIJ (Incluído Cursos e Programas), dos Conselhos Tutelares (I, II, III, IV, V), da Central de Regulação de Vagas e Supervisão Técnica, com todos os seus respectivos setores administrativos.

2.2. Considerando que atualmente a Fundação (FMIJ) atende aproximadamente 130 acolhidos, os trabalhos e serviços ofertados pelos Equipamentos Institucionais de Acolhimento, mantidos pela Fundação Municipal da Infância e Juventude-FMIJ do Município de Campos dos Goytacazes, os itens pretendidos são indispensáveis para


Carlos Américo de Almeida Falcão
Gerente de Compras-FMIJ
Matrícula: 41.083

o bom andamento das atividades dos acolhimentos, conforme quantidades e especificações contidos neste trecho de referência.

Compras Permanente	Fls.: 12
de licitação	Rubrica: 93 100
Processo Nº	

2.3. A presente aquisição trata-se do intuito de proporcionar uma melhor oferta do serviço no que tange ao preparo de alimentos, garantindo a saúde e bem estar das crianças e adolescentes sob guarda deste município, proporcionando alimentação digna e adequada, dando, as crianças e adolescentes as condições de necessárias de moradia e convivência dos acolhidos pela FMIJ do Município de Campos dos Goytacazes, referente a aquisição de **eletrodomesticos para cozinha**, se torna necessário e imprescindível para promover o bom andamento das atividades domesticas inerentes aos Equipamentos Institucionais de acolhimento e todo o prosseguimento natural do serviço ofertado (moradia, alimentação e saúde), a demanda se deriva pela necessidade de substituição dos equipamentos, danificados devido ao desgaste natural de peças, e estrutura dos mesmos, existentes nos acolhimentos, a demanda desse material, se deve por conta de serem muito antigos e serem usados várias vezes ao dia devido a alta demanda, e devido à própria natureza operacional da Fundação.

2.4. Na Constituição Federal em seu Artigo 196º, aponta para a saúde como "dever do Estado", estendendo a noção de dever como ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde da população, o que, indefectivelmente, perpassa por canais de aquisição de bens e/ou materiais para efetivação desta máxima.

2.5. Desse modo, entendendo a saúde como dever do estado, e que manter a alimentação adequada, serviço ofertado para os acolhidos, pelos Equipamentos Institucionais de Acolhimento, sob guarda desse município, que é indispensável compreendemos que a aquisição destes é justificável, tendo em vista o bem-estar, alimentação e a saúde dos menores acolhidos pela Fundação Municipal da Infância e Juventude – FMIJ.

2.6. Podemos ainda justificar o ensejo da aquisição, com base no **Inquérito Civil nº 45/2021**, oriundo do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que preconiza: *"a regularização do atendimento ofertado às crianças e aos adolescentes acolhidos nas Unidades mantidas pela Fundação Municipal da Infância e Juventude, com adequação das falhas identificadas na estrutura física mobiliário e equipamentos básicos das sedes"*, em ANEXO.

2.7. As quantidades informadas na Justificativa da Estimativa em anexo, serão suficientes para atender a demanda desta Fundação, em especial para os Equipamentos Institucionais de Acolhimento, tomando como parâmetro básico quantitativos obtidos pelo histórico da demanda do material, objeto deste Termo, conforme solicitado pela divisão de patrimônio e novas demandas solicitadas pelos Equipamentos.

Carlos Américo de Almeida Falcão

Carlos Américo de Almeida Falcão
Gerente de Compras - FMIJ
Matrícula: 41.083



Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 94
	Rubrica: [assinatura]



3.0) ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA E QUANTIDADES:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	LEI COMPLEMENTAR 123/06
01	EXTRATOR DE SUCOS INDUSTRIAL: MATERIAL DO CORPO INOX, BASE EM POLIPROPILENO, CAÇAMBA ALUMINIO REPUXADO, JOGO DE CARAMBOLAS POLIESTIRENO, VELOCIDADE: 1(UMA), TIPO AUTOMATICO, CAPACIDADE ATE 35L/H, ACESSÓRIOS: TAMPA E PENEIRA, DESMOTAVEL:SIM, POTENCIA 184W, CONSUMO (KW/H) MÊS, 0,27, VOLTAGEM BIVOLT, DIMENSÕES APROXIMADAS: LARGURA 20CM, ALTURA 37CM, PROFUNDIDADE 20CM, GARANTIA DE 6 (SEIS) MESES, CERTIFICADO DO INMETRO. D	UNID	15	01 Item Exclusivo Art.48, I, L.C. nº 123/06)
02	MULTIPROCESSADOR E LIQUIDIFICADOR 127V: CAPACIDADE DE 2,2L ,ACOSSORIOS POTENCIA 800W, FUNÇÕES : AUTOLIMPEZA, BATER E TRITURAR, BOTÃO DE VELOCIDADE GIRATORIO, PARA USO DOMESTICO, GARANTIA DE 12 MESES, CERTIFICADO DO INMETRO.	UNID	15	02 Item Exclusivo Art.48, I, L.C. nº 123/06)
03	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL: MATERIAL: INOX, POTÊNCIA DO MOTOR: 1,5 CV, FREQUÊNCIA: 60 HZ, ROTAÇÃO: 3500 RPM, CAPACIDADE DO COPO: 25 LITROS, BAIXA ROTAÇÃO; NA EMBALAGEM: 1 LIQUIDIFICADOR, 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES; DIMENSÕES : LARGURA 40CM, ALTURA 117,5, PROFUNDIDADE 52,5 CM, PESO: 22 KG. DIMENSÕES IGUAL OU SUPERIOR	UNID	5	03 Item Exclusivo Art.48, I, L.C. nº 123/06)
04	MICRO-ONDAS: MICRO-ONDAS 34 LITROS FUNÇÃO TIRA ODOR E MANTER AQUECIDO, BRANCO- 127 VOLTS. CAPACIDADE 34 L OPÇÃO DA FUNÇÃO MANTER AQUECIDO, FUNÇÃO LIMPA FACIL, FUNÇÃO TRAVA-PAINEL PERMITE GARANTIR QUE CRIANÇAS NÃO ACIONEM O MICRO-ONDAS, SENDO POSSIVEL TRAVAR O EQUIPAMENTO QUANDO QUISER, FUNÇÃO CENTRALIZADO NA COR AZUL, FUNÇÃO DISPLAY: ECONOMIA DE ENERGIA, DESLIGUE O PAINEL DIGITAL QUANDO TERMINAR DE USAR O APARELHO, FUNÇÃO MANTER AQUECIDO, FUNÇÃO MUDO, TIRA ODOR. DIMENSÕES IGAUL OU SUPERIOR.	UNID	15	04 Item Exclusivo Art.48, I, L.C. nº 123/06)
05	CAFETEIRA ELETRICA VERMELHA, PRATA OU PRETA VOLTAGEM 110V- POTENCIA 700W- CONSUMO 0,8W/H- CAPACIDADE (CAFEZINHOS) 38- DIMENSÕES APROXIMADAS ALTURA 33,8 CM X LARGURA: 30,2CMX PROFUNDIDADE 20,8 CM- PESO 2,15 KG- CARANTIA 12 MESES	UNID	30	05 Item Exclusivo Art.48, I, L.C. nº 123/06)
06	BATEDEIRA ELETRICA VOLTAGEM 110V POTENCIA 700 WATTS FREQUENCIA 60HZ CAPACIDADE DA TIGELA 4 LITROS MATERIAL DA TIGELA PLASTICO	UNID	15	06 Item Exclusivo

Carlos Américo de Almeida Falcão
Gerente de Compras- FMIJ
Matrícula: 41.083



	TIPO PLANETARIA VELOCIDADE 12 + TURBO BATEDORES 3 MEDIDAS (AxLxP) 33x42x22 cm. PESO 3,41KG GARANTIA DE 1 ANO, DIMENSÕES IGAUL OU SUPERIOR			Art.48, I, L.C. nº 123/06)
07	SANDUICHEIRA ELETRICA SELO DE SEGURANÇA OCP BGS. CONSUMO 0,75 KW/H, TENSÃO 127V, POTENCIA 750KW/H , DIMENSÕES APROXIMADAS, LxAxP) 215X75X21MM GARANTIA DE 12 MESES	UNID	20	07 Item Exclusivo Art.48, I, L.C. nº 123/06)

4.0) PRAZO PARA ENTREGA DO PRODUTO E DO CATALOGO

4.1- A empresa vencedora deverá apresentar em até 5 (cinco) dias uteis, os seguintes documentos, sob pena de desclassificação:

4.2- (catálogo, folder ou ficha técnica, do fabricante) comprovando o atendimento íntegro das condições exigidas no Termo de Referência a ser avaliado pela equipe técnica da fundação da Infância e da Juventude.

4.3 – O prazo para o fornecimento do objeto da Ordem de fornecimento (Empenho) do referido Pregão é de até 30 (trinta) dias ininterruptos, podendo ser definido de forma diferente de acordo com os interesses da Administração Pública.

4.2 – O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento pela adjudicatária da Ordem de fornecimento (Empenho) a ser emitida pela FMIJ.

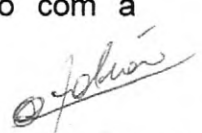
4.4 – Observado o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o recebimento do objeto desta contratação cabe ao Responsável do Almoxarifado (FMIJ). Em que se realizará conferência estrita dos produtos entregues e a descrição dos mesmos na Ordem de Fornecimento emitida pela CONTRATANTE, podendo ser realizado da seguinte forma:

a) **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

b) **Definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

4.5 - Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações descritas neste Termo de Referência, ou quando se verificarem danos ou imperfeições que impeçam a utilização ideal dos produtos, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas. Os danos e imperfeições se referem aos produtos e embalagens amassados e/ou violados;

I - Material embalado, acondicionado e identificado de acordo com a Especificação Técnica descrita neste Termo de Referência;


Carlos Américo de Almeida Falcão
Gerente de Compras-FMIJ



II - Quantidades em conformidade com o estabelecido na Ordem de Fornecimento;

III - Entregar no prazo, local e horários definidos neste Termo de Referência.

5.0) OUTROS PRAZOS

5.1 – O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

6.0) LOCAL PARA ENTREGA DO PRODUTO

6.1- Os produtos deverão ser entregues na Sede da FMIJ, na Av. Rui Barbosa, nº 553 – Lapa, nesta cidade, na **Divisão de Almoxarifado**, para a devida aceitação, de segunda a quarta feira das 09h às 14h.

7.0) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela execução do objeto deste Termo de Referência a Fundação Municipal de Infância e Juventude deverá pagar à Contratada, a importância total que vier a ser pactuada, após a entrega definitiva da quantidade solicitada, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada por dois servidores da Contratante, no prazo de 30 dias, a contar da apresentação da nota fiscal.

8.0) OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações já definidas neste Termo de Referência, a empresa que vier a ser contratada, tem as seguintes outras obrigações de caráter geral:

8.1 - Acatar as determinações da contratante no sentido de substituir, de imediato, o produto entregue com vícios, defeitos ou incorreções;

8.2 - A Contratada obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado na execução do fornecimento, a legislação pertinente, especialmente as obrigações da Legislação Trabalhista, que lhe tocam por inteiro, com as quais arcará e pelas quais responderá.

8.3 - A Contratada será responsabilizada civil e criminalmente por todo e qualquer prejuízo, acidente ou dano que, em virtude do fornecimento, vier a ser causado ao Município ou


Carlos Américo de Almeida Falcão
Gerente de Compras-FMIJ
Matrícula: 41.083



terceiros, obrigando-se a garantir a qualidade do produto a ser entregue, bem como da qualidade e segurança dos usuários.

9.0) EXIGÊNCIAS PARA A AQUISIÇÃO DO PRODUTO

Comissão Permanente de Licitação	Processo nº
97	16

9.1 - Todo produto deverá ser entregue de acordo com as especificações disponibilizadas, não sendo aceitos similares de baixa qualidade ou recondicionados.

9.2 - Caso o produto entregue venha apresentar vícios durante sua garantia, o fornecedor será responsável imediato pela sua substituição, num prazo máximo de 05 (cinco) dias.

10.0) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor estimado (R\$ 64.962,25) desta aquisição e as despesas em decorrência do objeto desta licitação ocorrerão por conta da seguinte dotação orçamentária da Fundação Municipal da Infância e Juventude:

Dotação Orçamentária:

Programa de Trabalho: 08.243.0097.2437

Natureza de Despesa: 44 90 52

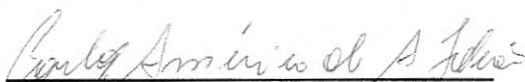
Fonte: 133

10.0) DISPOSIÇÕES FINAIS

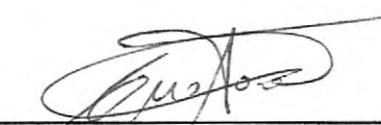
A Contratada deverá conhecer todo o Termo de Referência disposto acima para evitar o descumprimento e/ou inexecução de obrigações contratuais alegando desconhecimento de informações.

As normas disciplinadoras deste Termo serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança.

Campos dos Goytacazes, 28 de Outubro de 2022.


Carlos Américo de Almeida Falcão
Gerente de Compras da FMIJ
Matrícula: 41.083

Carlos Américo de Almeida Falcão
Gerente de Compras-FMIJ
Matrícula: 41.083


Gustavo Viana Neves
Diretor Financeiro da FMIJ
Matrícula 40.815